

O NOSSO MUNDO É A MARGEM: O RELATO ECOLÓGICO DE CAROLINA MARIA DE JESUS NO LIVRO *QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA*

Gabriel do Carmo Fernandes¹
Priscila Valle dos Santos Silva²

DOI: <https://doi.org/10.34019/1983-8379.2026.v19.51509>

RESUMO: A modernidade liberal-burguesa instituiu uma lógica que transforma tudo em resto: corpos, territórios, culturas e existências, tornando-os em excedentes. Para além da dimensão material do lixo, essa engrenagem produz apagamentos sistemáticos que recaem principalmente sobre populações racializadas e marginalizadas. Nesse contexto, este artigo objetiva analisar como a lógica de descarte se manifesta na obra *Quarto de despejo: Diário de uma favelada*, tendo como perspectiva analítica o racismo ambiental, articulado a uma noção de ecologia escreviente. A voz negra feminina, pobre e favelada, em conjunto com as discussões acerca da justiça ambiental, norteará a análise proposta neste trabalho, a partir de um discurso que apresenta vidas que experimentam a escassez, a fome e a degradação ambiental, criando um saber contra-hegemônico acerca da crise ecológica. Parte-se da hipótese de que a produção literária caroliniana desafia a política ambiental e a escrita literária tradicional por meio de uma narrativa dissidente que expõe uma crise ecológica, a qual coaduna com as desigualdades raciais e sociais, evidenciando a desigualdade social que resulta de um sistema capitalista racializado.

Palavras-chave: Ecologia. Memória. Necropolítica. Racismo.

OUR WORLD IS THE MARGIN: THE ECOLOGICAL ACCOUNT OF CAROLINA MARIA DE JESUS IN THE BOOK *CHILD OF THE DARK*

ABSTRACT: Liberal-bourgeois modernity has instituted a logic that transforms everything into waste: bodies, territories, cultures, and existences, turning them into surplus. Beyond the material dimension of garbage, this mechanism produces systematic erasures that fall primarily on racialized and marginalized populations. In this context, this article aims to analyze how the logic of disposal manifests itself in the literary work *Child of Dark*, taking environmental racism as an analytical perspective, articulated through an understanding of writing ecology. The Black female voice, poverty, and living in the slums, together with discussions about environmental justice, will guide the analysis proposed in this work, based on a discourse that presents lives marked by scarcity, hunger, and

¹ Mestrando em Estudos Literários pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPLIN/UERJ) e bolsista CAPES. E-mail: gabrieldocarmofernandes@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-7139-1219>.

² Mestranda em Estudos Literários pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPLIN/UERJ). E-mail: brasilprisca.languages@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/my-orcid?orcid=0009-0000-9164-2188>.

environmental degradation, thereby creating a counter-hegemonic knowledge about the ecological crisis. This study hypothesizes that Carolinian literary production challenges environmental politics and traditional literary writing through a dissident narrative that exposes an ecological crisis, which aligns with racial and social inequalities, highlighting the social inequality resulting from a racialized capitalist system.

Keywords: Ecology. Memory. Necropolitics. Racism.

Introdução

A história do capitalismo pode ser lida como a história do lixo. Não apenas dos resíduos materiais que se acumulam em aterros e oceanos, mas também dos descartes de sujeitos, culturas e ambientes que o sistema produz em uma incessante busca por lucro e expansão. Diante dessa realidade, o presente artigo objetiva analisar como a lógica de descarte, seja de seres humanos ou não, pode ser evidenciada na obra *Quarto de Despejo: Diário de uma favelada* (Jesus, 2014), a partir de uma reflexão sobre o racismo ambiental sob o eixo de uma ecologia escreviente.

Inicialmente, apresentaremos exemplos atuais de degradação ambiental, como o lixão de Dandora e as voçorocas de Buriticupu, a fim de mostrar que o sistema neoliberal traz consequências ao ambiente pelas lógicas de produção de rejeitos e pelo desmatamento. No entanto, veremos que não é algo recente. No século passado, por volta dos anos 50, Carolina Maria de Jesus, revelou como essa mesma dinâmica atravessou o seu cotidiano e dos demais moradores da favela do Canindé, evidenciando que os territórios da cidade foram organizados ambiental e racialmente. O passado pode ser visto no agora, isto é, através da escrevivência ecológica caroliniana também podemos propor uma leitura crítica do presente.

As análises propostas neste trabalho tratarão da conexão entre o meio ambiente, as relações sociais e a subjetividade humana, partindo do conceito de ecosofia de Félix Guattari (2012), para uma reflexão completa sobre as formas de habitar esse mundo e as dinâmicas de poder que determinam as hierarquias e organizam as exclusões. Dessa forma, a discussão ecológica abarca as dimensões sociais e políticas, além do ambiente natural, abordando temas como exploração capitalista, miséria das populações, conflitos geopolíticos e fome.

Além disso, compreende-se que a lógica capitalista se organiza em uma estrutura que permeia desigualdade, por meio de um modelo de desenvolvimento excludente, caracterizado pela negligência estatal que impede uma sociedade equitativa.

1. O descaso

O predatismo por ganho, ou seja, a exploração voraz e ilimitada de pessoas e da natureza em nome do lucro, tratando vidas e territórios como recursos descartáveis, opera sempre na direção de esgotamentos múltiplos e intensivos. Em Nairóbi, capital do Quênia, por exemplo, encontra-se o lixão de Dandora: uma imensa montanha de resíduos têxteis e

plásticos, muitos desses provenientes de roupas descartadas que vieram da Europa, dos EUA, do Reino Unido, do Canadá e da China (Um só planeta, 2025).

Sob a aparência de uma ação humanitária, as peças são enviadas ao país como uma suposta forma de ajuda às populações locais; quando, na realidade, essa prática é sustentada pela cultura do consumismo extremo e do descarte acelerado impulsionado pela fast fashion (produção em massa de roupas baratas e de baixa qualidade). O resultado é um impacto ambiental profundo: as roupas, ao se degradarem, liberam microfibras plásticas que contaminam o meio ambiente e colocam em risco a saúde humana. O lixão de Dandora e o rio Nairóbi, que atravessa a região, já se encontram comprometidos por esses resíduos, afetando diretamente as comunidades locais (Um só planeta, 2025).

No Brasil, o cenário não se altera, pois o país é também marcado por problemas relacionados ao meio ambiente. Entre muitas situações que podemos destacar, uma realidade específica, no interior do Maranhão, chama atenção: as voçorocas. No município de Buriticupu, imensas crateras avançam diariamente, engolindo ruas, casas, escolas etc. Em alguns pontos, o abismo já alcança 80 metros de profundidade, com a altura equivalente de um prédio de 20 andares³. O solo abre-se em grandes fendas, ocasionando o desaparecimento de estruturas inteiras, além de colocar em risco as vidas daqueles que permanecem em áreas próximas (Suziki, 2024).

A voçoroca, palavra proveniente do tupi-guarani, significa “terra rasgada” e designa um tipo de cânion nascido de uma das formas mais agressivas de degradação do solo, causada pelas águas das chuvas e de outras fontes (Suziki, 2024). No entanto, não se trata apenas de um processo natural. O desmatamento intensivo da região, impulsionado por interesses econômicos, eliminou a cobertura vegetal que protegeria o solo e o tornaria menos vulnerável à erosão. No modelo econômico neoliberal, no qual a terra é continuamente exaurida para gerar lucro rápido, o próprio ambiente passa a produzir seus “detritos”, suas feridas abertas, enquanto populações inteiras, historicamente negligenciadas, tornam-se descartáveis. As voçorocas revelam não apenas a debilidade ambiental da região, como também demonstram a lógica mais ampla de produção de resíduos humanos e territoriais que marca a fase contemporânea do capitalismo.

Desde a Revolução Industrial, a lógica de produção e, atualmente, hiperprodução, além de resultar em um consumo desenfreado, instauraram uma relação de exaustão entre o ser humano, não humano, a Natureza e o planeta Terra. O que não gera lucro é rejeitado, o que perde utilidade é eliminado. Logo, o lixo torna-se o testemunho silencioso das engrenagens do capital, uma espécie de “cartografia da destruição” que aponta para todo o legado de morte, escassez e degradação que o sistema deixa como herança, isto é, são inscrições materiais de uma história marcada pelo descarte e pela exploração. Trata-se de vestígios que revelam tanto o esplendor tecnológico quanto a ruína ecológica e social que o

³ SUZUKI, Shin. *As voçorocas que ameaçam cidade brasileira e são problema global*. BBC News Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/resources/idx-61d57e25-d458-4785-8a37-3ef119a504c7>. Acesso em: 17 nov. 2025.

acompanha. O sociólogo e filósofo polonês, Zygmunt Bauman (2021, p. 34), ao pensar os *Tempos líquidos*, afirma que:

Parece um resultado fatal, talvez o mais fatal, do triunfo global da modernidade é a crise aguda da indústria de remoção do “lixo humano”, pois cada novo posto alcançado, conquistado pelos mercados capitalistas acrescenta milhares ou milhões à massa de homens e mulheres já privados de suas terras, locais de trabalho e redes comunitárias de proteção.

Ao transformar boa parte das coisas em mercadoria, o Capitalismo Mundial Integrado (CMI) produz não apenas bens, mas também sobras: corpos exauridos, territórios feridos e devastados, espécies extintas etc. O “lixo humano” é facilmente descartado e a promessa de progresso se revela como acumulação de detritos, em que o excesso é celebrado e o descarte tóxico é naturalizado, evidenciando que os restos não são o oposto da riqueza, mas sua face oculta. A prova concreta de que toda a produção, pautada na ideia neoliberal, é também uma destruição.

Sobreviver em condições limítrofes como as descritas acima demanda não só resistência, mas um outro tipo de postura: a reexistência. Isto é, inaugurar formas de viver que escapem do roteiro de violências, opressões e subjugações do sistema patriarcal. Reexistir não tem um sentido utópico ou idealizado; ao contrário, refere-se a inventar brechas, criar caminhos onde antes havia apenas ruínas; deslocar-se do lugar imposto e afirmar outros modos de ser, sentir e habitar o mundo. É transformar a dor em elaboração crítica e a precariedade em motor de novas poéticas da vida.

Exemplo significativo disso é o seu João Batista⁴, morador de Buriticupu, que, frente às voçorocas próximas a sua moradia, desenvolveu uma solução própria para driblar a situação: plantando taboca (bambu nativo do Brasil), ele recriou uma vegetação para tentar frear o avanço voraz dos cânions. A luta isolada por permanência aponta para a potência criativa que emerge quando a existência é pressionada ao limite. Viver à margem, requer uma força que não apenas resiste, mas que também inventa novas direções e propõe estratégias para driblar o descaso institucional e estrutural que geram marcas profundas nos ambientes.

Diante desse contexto, as táticas do fraco, conforme propõe Michel de Certeau (1998), consistem em um gesto silencioso e criativo que se infiltra nas falhas do poder, subvertendo suas regras sem necessariamente confrontá-las de frente. Dessa forma, operam na micropolítica do dia a dia, isto é, nos usos desviantes, nos reaproveitamentos, nos replantios, nos modos de fazer que escapam à vigilância da norma.

É nesse território que a reciclagem, exemplo utilizado por Certeau em *A invenção do Cotidiano* (Certeau, 1998), se inscreve como forma de resistência e reexistência diante da lógica capitalista da acumulação e do descarte. Reciclar é reverter o destino imposto aos

⁴ BBC NEWS BRASIL. *As voçorocas que ameaçam cidade brasileira - e são problema global* | Documentário BBC. YouTube, 2024. 1 vídeo (14 min 30 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DvKLmOhJ0L4>. Acesso em: 19 nov. 2025.

restos, é reconfigurar o ciclo da morte em possibilidades de vida, é transformar o lixo em linguagem, o dejetos em gesto de (re)afirmação. Como bem afirma o autor:

Acusado de roubar, de recuperar material para seu proveito próprio e utilizar as máquinas por conta própria, o trabalhador que “trabalha com sucata” subtrai à fábrica tempo (e não tanto bens, porque só se serve de restos) em vista de um trabalho livre, criativo e precisamente não lucrativo. [...] ele realiza “golpes” no terreno da ordem estabelecida (Certeau, 1998, p. 87-88, grifo nosso).

2. Carolina e a denúncia

Nessa mesma toada, Carolina Maria de Jesus torna-se exemplo potente da ética da reinvenção, usando a escrita. Favelada, mãe solo, catadora de papelão, mas também de palavras, ela recolhia da rua e da experiência o que a sociedade insistia em varrer para debaixo do tapete, para, posteriormente, desaguar nos seus textos: “Aqui na favela quase todos lutam com dificuldades para viver. Mas quem manifesta o que sofre é só eu. E faço isso em prol dos outros” (Jesus, 2014, p. 36).

Logo na apresentação da obra, é possível identificar que o cenário a ser revelado por Carolina não tem um perfil romântico elitizado:

O livro relata a amarga realidade dos favelados na década de 1950: os costumes de seus habitantes, a violência, a miséria, a fome e as dificuldades para se obter comida. O tempo passou, a cidade cresceu, mas a realidade de quem vive na miséria não mudou muito (Jesus, 2014, p. 6).

Ao registrar o cotidiano da extinta comunidade do Canindé em seus cadernos coletados do lixo, Carolina praticava uma espécie de “reciclagem da existência”, isto é, um olhar atento e crítico sobre a sua vivência individual, mas também sobre a coletividade e o ambiente em que estavam inscritos. Logo, os seus relatos apontam para uma ecologia escreviente⁵, ou seja, uma escrita marcada por desigualdades, racismos, fome e precariedade ambiental, que emerge como uma condição material da sobrevivência. Assim, transformava o sofrimento em relato, o silêncio em voz, a exclusão em memória, a dor em esperança.

A partir de sua vivência particular, a escritora narrava as situações da fome, do medo, do desespero, demonstrando uma postura consciente de seu lugar social, das múltiplas intempéries que rodeavam a si e os seus. Carolina pensava e posicionava-se, por vias literárias e políticas, acerca da favela, da cidade, dos governantes. Em sua análise latente, teve o entendimento claro sobre as diferenças sociais que viram marcas no ambiental, no direito de viver com segurança e dignidade: “Eu classifico São Paulo assim: o Palácio, é a sala de

⁵ O conceito ecologia escreviente foi criado para este artigo a partir da compreensão da interseção da ecologia apresentada por Félix Guattari com a escrevivência criada por Conceição Evaristo.

visitas. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos” (Jesus, 2014, p. 32).

Seu ato de escrever é uma operação ética de despoluição. Ao dar forma literária à sujeira social, ela purifica não no sentido de apagar ou resolver as problemáticas, mas de expor, de dar visibilidade e devolver complexidade àquilo que foi reduzido à sobra e destinado ao *Quarto de Despejo* (Jesus, 2014). A sua leitura do Brasil do começo do século XX é clara e sensata, traz à luz um “mundo à margem”, pois, como salienta a própria Carolina Maria de Jesus, “preta é a minha pele. Preto é o lugar onde moro.” (Jesus, 2014, p. 167).

É precisamente em pontos como esse que a sua escrita se configura, como ressaltamos anteriormente, em uma ecologia escreviente: ao registrar o cotidiano da favela, Carolina evidencia a inseparabilidade entre corpo, território e violência estrutural. A degradação ambiental narrada não é um mero pano de fundo, mas a expressão material do racismo e do classismo que moldam a paisagem social:

Eu já estava deitada quando ouvi as vozes das crianças anunciando que estavam passando cinema na rua. [...] Era a Secretaria da Saude. Veio passar um filme para os favelados ver como é que o caramujo transmite a doença anêmica. Para não usar as águas do rio. Que as larvas desenvolve-se nas águas. (...) Até a água... que em vez de nos auxiliar, nos contamina. Nem o ar que respiramos, não é puro, porque jogam lixo aqui na favela (Jesus, 2014, p. 57).

Sua escrita denuncia como certas populações são empurradas para espaços poluídos, insalubres e repletos de prejuízos, convertendo a vivência negra e feminina, principalmente, em um indicador sensível do racismo ambiental que mantém a hierarquização da cidade. Ao transformar tais resíduos em literatura, Carolina não só reinscreve a presença dos marginalizados no imaginário nacional, como também desvela que o ambiente é político, racializado e profundamente marcado por relações de poder.

Lélia Gonzalez, referência no feminismo negro brasileiro, nos ajuda a refletir tal questão: “o longo processo de marginalização do povo negro, imposto pelas práticas discriminatórias de uma sociedade marcada pelo autoritarismo, relegou-nos à condição de setor mais oprimido e explorado da população brasileira” (Gonzalez, 2020, p. 191). A partir dessas condições, a cidade deixa de ser apenas um espaço geográfico e ganha um papel mais ativo na produção de desigualdades. Revelando, assim, que a distribuição diferenciada do risco ambiental se articula com a lógica da exploração colonial que persiste no presente ou, em outras palavras, com o espaço ideológico da opressão que subjuga as individualidades e as coletividades.

Nesse sentido, cabe salientar que a abolição da escravidão no Brasil não criou nenhum projeto que fizesse a integração social, política e econômica dos negros, que foram desprezados pelos novos tempos do avanço capitalista que vivia a sociedade brasileira. Por essa razão, a população afrodescendente passou a viver nas ruas, estando à própria sorte (Maringoni, 2011). O surgimento das favelas como locais de moradia para a população

miserável faz parte desse projeto político que aparta a população, aumentando a distância entre as classes — os que vivem em situação de vulnerabilidade social não recebem um lugar digno de moradia e precisam se adequar a uma realidade que não os inclui — tornam-se “corpos fantasmáticos” (Vèrgés, 2020).

A obra *Quarto de Despejo* (Jesus, 2014) apresenta esse esqueleto social em toda a sua tessitura, construindo um paralelo: o que é relegado aos espaços residuais da cidade conjuga com o que o capitalismo condena à invisibilidade. A favela do Canindé, local de residência de Carolina Maria de Jesus, se configura como um desses exemplos.

A comunidade foi iniciada em torno de 1948 aproximadamente, quando o governador Adhemar de Barros moveu os moradores de rua para os terrenos que se localizavam às margens do Rio Tietê (Mitsuuchi, 2018). Enquanto isso, a cidade era reorganizada: ajeitaram as praças, tamparam os buracos, limpavam as ruas e São Paulo estava a postos para receber qualquer visita internacional importante. No entanto, a população que vivia à margem foi considerada indigna desse *glamour* urbano (Levine e Meihi, 2015).

Portanto, apresentamos o racismo e o sexismo como fatores estruturais do Estado capitalista, pois é uma ideologia que configura uma sociedade internamente, funcionando como “asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam como sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima” (Carneiro, 2011, p. 127) a partir da organização das relações sociopolíticas e econômica.

As populações negras e periféricas são colocadas à exposição a níveis maiores de poluição, risco e situações precárias sob uma lógica racializada que vai moldando a sociedade brasileira. O Estado não apresenta soluções que proteja esse grupo dos efeitos obtidos com a degradação ambiental, destinação de resíduos e exclusão territorial. Pelo contrário, historicamente, relegou esse povo a condições socioeconômicas e geográficas completamente desfavoráveis. Diante do exposto, compreendemos que a escrevivência ecológica de Carolina Maria de Jesus, evidencia que a luta por justiça ambiental é inseparável da luta contra o racismo estrutural, uma vez que é nos corpos, nos territórios e nas narrativas dos sujeitos subalternizados que as marcas das violências se tornam visíveis.

Diante do exposto, é possível identificar alguns eixos que podem ser entendidos como parte de um pensamento ambiental à margem. Entender a fome e a miséria pela visão de uma mulher negra periférica é ver o *Quarto de despejo* (Jesus, 2014) além de uma denúncia.

2.1 A fome

Logo no prefácio do livro, o repórter Audálio Dantas, que selecionou os recortes dos registros que Carolina fazia, para produzir o livro e publicar, deixa explícita a realidade da autora:

A fome aparece no texto com uma frequência irritante. Personagem trágica, inarredável. Tão grande e tão marcante que adquire cor na narrativa

tragicamente poética de Carolina. Em sua rotineira busca da sobrevivência no lixo da cidade, ela descobriu que as coisas todas do mundo - o céu, as árvores, as pessoas, os bichos – ficavam amarelas quando a fome atingia o limite do suportável. Carolina viu a cor da fome – a Amarela (Dantas *apud* Jesus, 2014, local. 7, grifo nosso).

A escassez provoca uma sensação física e psicológica que é ricamente detalhada no livro *Quarto de despejo* (Jesus, 2014). Em nenhum momento, a autora descreve o motivo da fome ser de cor amarela; no entanto, podemos subentender que a descrição da coloração remete à bile⁶. Um simbolismo que representa o próprio esvaziamento, um mundo desbotado, que se renovava após a refeição: “Que efeito surpreendente faz a comida no nosso organismo! Eu que antes de comer via o céu, as árvores, as aves tudo amarelo, depois que comi, tudo normalizou-se aos meus olhos” (Jesus, 2014, p. 38).

A fome é o caos experimentado no estômago que chega até o cérebro, removendo, do ser humano, a capacidade de pensar. O relato visceral de Carolina nos permite verificar que essa falta de alimento é resultado de uma desigualdade, podendo ser caracterizada como um fenômeno social e político — “Como é horrível levantar de manhã e não ter nada para comer. Pensei até em suicidar. Eu suicidando-me é por deficiência de alimentação no estomago. E por infelicidade eu amanheci com fome.” (Jesus, 2014, p. 84).

Carolina Maria de Jesus expõe a impossibilidade de romper com uma realidade que a condenava a uma batalha cotidiana: garantir o sustento de sua família. Para ela, a luta pela sobrevivência era a forma contemporânea da escravidão, como registra em seu diário: “**E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravidão atual — a fome!**” (Jesus, 2014, p. 13, grifo nosso). José Carlos, segundo filho da autora, também narra a fome como parte da vida da mãe: “É verdade que minha mãe era pobre, mas acredito que sua grande miséria não estava no espírito, e sim no estômago” (Carlos *apud* Levine e Meihy, 2015, p. 102). Carlos, que via a mãe como uma artista, revela que como tal, ela era inconformada com o sofrimento alheio, por essa razão foi à luta, denunciou e até incorreu em sacrifícios. Talvez, sem conhecer Certeau, o filho de Carolina ratifica a tática do fraco utilizada pela sua mãe, como abordado anteriormente: em sendo revolucionária, percebeu a realidade, o mundo do lixo e removendo a raiva de si própria, fixou-a na arte (Carlos *apud* Levine e Meihy, 2015, p. 102-103).

Percorrendo as datas do seu diário, percebemos que por muitos dias, o pão — alimento que deveria ser básico à mesa de todo cidadão — estava quase sempre ausente na vida da autora e dos seus filhos. Sob essa ótica, Carolina apresenta a comida como um espetáculo trágico que surge a partir da ausência: uma raridade que desenvolve uma tensão emocional em torno do ato de comer. Não é necessariamente um prazer, mas uma sobrevivência que se opõe à contradição da realidade social de muitas famílias que podem o consumir comida à vontade

⁶ Muito tempo em jejum pode levar a pessoa a vomitar a bile. Disponível em: <https://telemedicinamorsch.com.br/blog/vomito-amarelo?srsId=AfmBOorPOmIigZc5gUI5xLGH59Nz2tjnx3y64-UtPo90dQlzTEL3z6PM>.

— algumas vezes, em excesso —, enquanto outras compreendem como algo extraordinário, quase que teatral, no caso da autora e outros residentes do Canindé.

Nesse sentido, a linguagem simples usada por Carolina apresenta a realidade totalmente despida de quaisquer efeitos estéticos ou recursos estilísticos especiais, gerando, dessa forma, no leitor, um desconforto que pode servir de base para uma reflexão crítica. Afinal, essa desigualdade estrutural denuncia a fome e a desumanização que os moradores da favela experimentavam em seu cotidiano. Por essa razão, Carolina utiliza a comida como uma metáfora de dignidade, como se observa nas citações a seguir:

A comida no estomago é como o combustível nas máquinas. Passei a trabalhar mais depressa. O meu corpo deixou de pesar. Comecei andar mais depressa. Eu tinha impressão que eu deslisava no espaço. Comecei sorrir como se estivesse presenciando um lindo espetáculo. E haverá espetáculo mais lindo do que ter o que comer? Parece que eu estava comendo pela primeira vez na minha vida (Jesus, 2014, p. 44-45).

É quatro horas. Eu já fiz o almoço — hoje foi almoço. Tinha arroz, feijão e repolho e linguiça. Quando eu faço quatro pratos penso que sou alguém. Quando vejo meus filhos comendo arroz e feijão, o alimento que não está ao alcance do favelado, fico sorrindo atoa. Como se eu estivesse assistindo um espetáculo deslumbrante (Jesus, 2014, p. 49).

Nos detalhes, a autora apresenta o valor que a refeição tem para a sua vida. Quando descreve o preparo dos alimentos, o desejo dos filhos e o valor imenso que as pequenas porções tinham para eles, Carolina desenvolve cenas quase que teatrais, convidando o leitor a testemunhar a fome ao mesmo tempo em que compartilha o deslumbre diante do prato à mesa.

Um dos momentos marcantes da obra ocorre quando ela visita uma das vizinhas que estava preparando frango, carne, macarronada com queijo e polenta, oferecendo-lhe o alimento. O cheiro da comida trouxe emoção e a fez chorar, pois lembrou-se imediatamente dos filhos. Novamente, narrando um espetáculo trágico, que não faz parte apenas de um passado, mas segue ocorrendo nas vidas das famílias que vivem à margem atualmente. Desse modo, o discurso de Carolina não pode ser considerado passado, uma vez que a presença da escassez é uma realidade que persiste.

O primeiro dia registrado no livro é 15 de julho de 1955, aniversário de Vera Eunice, filha caçula de Carolina, que relata que não tinha nenhum dinheiro para comprar pão. No dia seguinte, a cena se repetiu e mesmo vendendo latas, o que recebeu não deu para comprar o alimento — “Cato papel, lavo roupa para dois jovens, permaneço na rua o dia todo. E estou sempre em falta” (Jesus, 2014, p. 10). Em 17 de julho, havia apenas um pedaço de pão, que teve que ser repartido entre os três filhos. Nesses dias, não há registro das refeições que ela fazia, se é que poderia desfrutar desse “privilegio”.

Segundo Levi e Meihy (2015), além de escrever, outra alegria de Carolina era poder oferecer aos filhos uma refeição digna. Em sua narrativa, surgem apenas raros momentos em

que ela expressa a satisfação materna de conseguir suprir as necessidades essenciais das crianças; momentos breves, mas intensos, nos quais alimentos substanciais aparecem como pequenas conquistas. São comidas simples que revelam não apenas cuidado, mas também o contraste doloroso com a realidade: para sua família, tais itens não faziam parte do cotidiano.

Infelizmente, uma rotina de abundância era exceção. A autora descreve também a tristeza profunda quando um filho ainda tem fome e não há mais o que oferecer: “E a pior coisa para uma mãe é ouvir esta sinfonia: — Mamãe eu quero pão! Mamãe, eu estou com fome!” (Jesus, 2014, p. 53); “Passei o dia chingando os políticos, porque eu também quando não tenho nada para dar aos meus filhos fico quase louca” (Jesus, 2014, p. 53). Carolina chega a mencionar que a filha pede para ser vendida para uma senhora que sempre tem comida gostosa em casa.

Uma situação surpreendente a respeito da realidade experienciada pela catadora de papel e de outros residentes da favela do Canindé era ter que se alimentar de restos quando não existia uma alternativa. Nesta autobiografia caroliniana, vemos o lixo não apenas nos arredores da comunidade, mas também à mesa durante as refeições: “Quando cheguei do palácio que é a cidade os meus filhos vieram dizer-me que havia encontrado macarrão no lixo. E a comida era pouca, eu fiz um pouco do macarrão com feijão” (Jesus, 2014, p. 33); “Achei um cará no lixo, uma batata doce e uma batata solsa” (Jesus, 2014, p. 35).

Mesmo com as agruras da vida, a autora usa a ironia para falar sobre algo que lhe aflige, demonstrando a capacidade de enfrentamento:

Será que Deus sabe que existe as favelas e que os favelados passam fome?
...O José Carlos chegou com uma sacola de biscoitos que catou no lixo.
Quando eu vejo eles comendo as coisas do lixo penso: E se tiver veneno? É
que as crianças não suporta a fome. Os biscoitos estavam gostosos. Eu comi
pensando naquele provérbio: quem entra na dança deve dançar. E como eu
também tenho fome, devo comer (Jesus, 2014, p. 40).

Muito consciente do seu papel social e sempre atenta às questões políticas e econômicas, a escritora compreendia o descaso por parte do governo com relação à população que residia na favela — situação apresentada constantemente em sua narrativa — e questionava o fato do país ter muitas pessoas sofrendo com a miséria, mesmo sendo tão fértil.

Sempre destacando o desinteresse do poder público com o local, sua perspectiva política era baseada na realidade de que os dirigentes da nação deveriam ter conhecido a fome, assim, o povo não passaria por tantas dificuldades. A autora se apresentou a favor dos pobres e reclamava da falta da evolução no país em relação às questões sociais, pois fazia parte do grupo que foi esquecido pelo governo, apresentando-se como prova viva de uma realidade que não era exposta: “De quatro em quatro anos muda-se os políticos e não soluciona a fome, que tem a sua matriz nas favelas e as sucursais nos lares dos operários” (Jesus, 2014, p. 34).

A análise da fome em Carolina Maria de Jesus aponta para a interdependência de fatores sociais, ambientais e políticos que moldam a favela. Ao longo de seus escritos, a falta

não diz apenas sobre o alimento, mas é resultado direto das desigualdades estruturais, de um território precarizado e de um cotidiano marcado pela disputa por restos e resíduos – elementos que, vistos por essa ótica, compõem uma luta extrema pela sobrevivência.

Fica evidente então que a geoespacialidade produz e reproduz vulnerabilidades, mostrando que a fome é também um fenômeno ecológico-social, inscrito nas relações entre corpo, meio ambiente e poder. É nesse cenário, onde a falta de comida é apenas uma das faces de uma condição muito mais ampla e estrutural, que sua escrita nos conduz a entender outras dimensões das ausências que moldam a vida nas margens da cidade.

2.2 A miséria

Falar do diário de Carolina Maria de Jesus é pensar sobre o racismo ecológico – mesmo que ela não use tal terminologia. A partir da análise da fome, do lixo, das múltiplas privações, percebemos que a autora está diretamente tratando das condições ambientais de carência e opressão que representam uma nova forma de poluição: a miséria (Andrade, 1993, p. 43).

A partir de um efeito cumulativo, a pobreza extrema conjuga em si as violências sistêmicas que embasam e difundem a exclusão, a opressão e o silêncio histórico de pessoas racializadas e marginalizadas. Ela é um projeto estrutural de subjugação que pode ser lida a partir da ideia de uma “necropolítica das ecologias”⁷, conforme elaboração do professor Maximiliano Torres⁸.

O termo diz respeito ao entendimento de que a gestão da vida e da morte se estende aos territórios, aos corpos, aos saberes, as culturas e aos recursos naturais, operando de modo a determinar quais populações terão acesso a condições dignas de existência e quais serão relegadas a espaços degradados. O abuso ambiental não é um acidente, mas uma ferramenta de controle que reforça hierarquias sociais, de gênero e de raça, produzindo ecologias condenadas, onde certas vidas são sistematicamente tornadas descartáveis. Segundo Torres (2023, p. 135):

Essa necropolítica, como formação específica do terror, se desdobra para além do [...] necropolítica das culturas, como metáfora dos tumbeiros e da escravização, pois ao interseccionar e ramificar desigualdades, chacinam, além do subjetivo, o social e também o ambiental.

⁷ O termo necropolítica, cunhado por Achille Mbembe, filósofo e historiador camaronês, significa o poder soberano do Estado que determina quem deve viver e quem deve morrer. Nesse sentido, a necropolítica das ecologias refere-se à destruição ambiental, uma vez que por meio da interseção das desigualdades, chacinam o ambiental, como já fazem com o subjetivo e com o social (Torres, 2023, p. 135).

⁸ Professor de Teoria Literária e Literatura Brasileira da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, mestre e doutor em Ciência da Literatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pós-doutor em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3439672224495222>.

Semelhante aos gases de efeito estufa (GEE) que impulsionam o aquecimento global, a miséria age como uma colaboradora direta do racismo ambiental. Assim como essas emissões, invisíveis e onipresentes, a escassez infiltra-se nas comunidades periféricas, salientando a vulnerabilidade dessas populações às injustiças ambientais. Ela alimenta um ciclo vicioso, onde a falta de recursos e oportunidades perpetua a degradação do meio ambiente e a exclusão social, intensificando a desigualdade e a discriminação racial. Da mesma forma que o aumento da temperatura na Terra resulta da acumulação contínua de poluentes, os racismos são alimentados pela persistência de múltiplas carências e pelo esquecimento imposto (e intencional) dessa realidade. Em resumo, “trata-se de uma drenagem da vida enquanto há vida” (Torres, 2023, p. 134) para a manutenção e perpetuação do legado patriarcal capitalista.

Krenak (2022) trata o capitalismo como uma metástase. Isso ocorre porque o foco da crise social é o sistema capitalista que trata a natureza apenas como recurso a ser usado, explorando os ecossistemas e aprofundando as desigualdades sociais, criando um problema sistêmico a partir da sua necessidade central: acúmulo de riquezas e poder. Tal formulação permite compreender o conceito de Capitaloceno⁹, termo cunhado por Jason W. Moore (2016) que desloca o problema da crise ecológica global da humanidade (Antropoceno) para o sistema capitalista e suas relações, situando mudança do mundo em uma nova história do capitalismo orientada ecologicamente.

Moore (2016) trata as dicotomias da sociedade e natureza, sociedade sem natureza e natureza sem humanos como um problema intelectual e político semelhante ao eurocentrismo, o racismo e o sexismo. Assim, o sociólogo demonstra como o capitalismo cria as relações dicotômicas:

Natureza/Sociedade está diretamente implicada na violência colossal, na desigualdade e na opressão do mundo moderno. [...] Para a abstração Natureza/Sociedade, historicamente, conforma-se a uma série aparentemente interminável de exclusões humanas — sem falar nas disciplinas racionalizantes e nas políticas exterministas impostas às naturezas extra-humanas. Essas exclusões correspondem a uma longa história de subordinação de mulheres, populações coloniais e pessoas de cor [...]. Essas são certamente questões de opressão. E também são fundamentais para a economia política do capitalismo, que se baseia em uma audaciosa estratégia de acumulação: Natureza Barata. (Moore, 2016, p. 3)

É possível evidenciar na obra *Quarto de despejo* (Jesus, 2014), o capitalismo como metástase, quando Carolina apresenta o desenvolvimento de uma miséria múltipla, ou melhor, a ação plural que ela tem nas pessoas, na localidade e na própria subjetividade da narradora. Refere-se a uma falta que não apenas deteriora o cotidiano, mas também desestabiliza a

⁹ O termo capitaloceno foi utilizado pela primeira vez por Andreas Malm, autor e professor sueco de ecologia humana na Universidade de Lund, sendo considerado um dos principais pensadores sobre o enfrentamento político da crise climática. No entanto, foi Jason Moore que desenvolveu o termo como ferramenta analítica essencial para a teoria ecologia-mundo do capitalismo (Moore, 2016).

comunidade, corroendo laços e afetos, além da degradação e intoxicação da própria área física por meio de descartes inadequados, acumulação de dejetos e falta de estruturas básicas de saúde e saneamento.

Sobre o aspecto coletivo, lemos o seguinte na entrada do diário em 18 de julho: “A única coisa que não existe na favela é solidariedade” (Jesus, 2014, p. 16). A constatação amarga de Carolina revela não só o desgaste das relações, mas também a violência imposta a essas populações numa espécie de competição pela sobrevivência, sufocando gestos de cuidado e limitando a própria possibilidade de construção de um comum. O “outro” passa a performar a hostilidade, o perigo.

Acerca da geografia da favela, encontramos o seguinte: “Um lugar que não se pode plantar uma flor para aspirar seu perfume, para ouvir o zumbido das abelhas ou o colibri acariciando-a com seu frágil biquinho. O único perfume que exala na favela é lama podre, os excrementos e a pinga” (Jesus, 2014, p. 47). A escritora do Canindé via naquele espaço não apenas a materialidade da precariedade, mas a negação cotidiana da dignidade e da própria possibilidade de sonhar. Sua escrita ressalta que o ambiente não é apenas cenário, mas agente de sofrimento que condiciona corpos, expectativas e sensibilidades.

Ambos os trechos acima nascem a partir da experiência subjetiva de Carolina, revelando como a miséria atravessa e captura os seus pensamentos mais íntimos. Não no sentido de diminuí-la intelectualmente, ao contrário, sua lucidez permanece firme, mas de roubar-lhe a paz, de invadir seu descanso emocional e corroer, pouco a pouco, a possibilidade de vislumbrar estabilidade. A sua vida e os cotidianos que descreve tornam-se testemunhos de uma existência em permanente tensão, onde o sofrimento material se converte também em desgaste psíquico. A pobreza descrita não se limita aos limites do corpo ou do espaço físico: ela se infiltra na mente, na sensibilidade e na própria forma de habitar o mundo.

Desta maneira, o seu relato é trifurcado, quer dizer, ecológico; traz em si a relação simbiótica entre os ambientes, as subjetividades e as coletividades. Isso porque, pensar a superação da miséria dos lugares marginalizados é, concomitantemente, resolver as problemáticas dos “territórios existenciais” do ser humano (Guattari, 2012). Afinal, os espaços geográficos não são racistas por si mesmos, não há nenhum tipo de inatismo neles, mas recebem uma carga estrutural que os condicionam a reproduzir as exclusões e as violências hierárquicas do sistema. Dito isso, melhorar a condição de moradia, de acesso, as problemáticas ambientais, é reavaliar nossas instituições, princípios, posturas, ou, nas palavras de Ailton Krenak (2022, p. 70), “reflorestar o nosso imaginário”.

Guattari (2012) apresenta a miséria como uma parte estrutural do funcionamento do capitalismo. À luz dessa perspectiva, a produção da escassez precisa existir para que a produção de riqueza aconteça, logo, a miséria passa a ser um mecanismo de controle social, tornando-se uma normalidade na lógica econômica global. Assim, o sistema não é falho porque existe a desigualdade, mas ele se utiliza dela como recurso funcional para manter a dinâmica de acumulação e poder, parte do CMI.

A pobreza extrema constitui a engrenagem econômica e política que mantém a estrutura capitalista. Esse modelo possibilita a compreensão da racialização dos espaços,

degradação dos ambientes, precarização da vida, apresentadas na obra *Quarto de despejo* (Jesus, 2014). A miséria é uma realidade comum na vida dos habitantes da favela, evidenciando que os corpos racializados e empobrecidos são atravessados por uma condição permanente que lhes é imposta. A saber, a crise ecológica e social.

Carolina Maria de Jesus entende essas relações de forma orgânica e, por meio de seus escritos, inaugura um jeito de narrar a sua vida, a comunidade e a favela através de uma “voz confluyente” (Santos, 2015). Essa confluência, como propõe Antônio Bispo dos Santos, não se limita à justaposição de experiências, mas opera como um ponto de encontro entre os diferentes, pois “nem tudo que se junta se mistura, ou seja, nada é igual” (Bispo, 2015, p. 89). O encontro entre a individualidade, o coletivo e o meio ambiente, entre o íntimo e o social, entre a denúncia e a esperança, todos esses fluxos se atravessam continuamente, produzem uma tessitura narrativa em que o *eu* não se separa do *nós*, onde a favela surge como “corpo histórico” através da pluralidade.

Logo, a sua obra personifica um gesto político e estético que faz convergir múltiplas vozes, afetos e memórias, evidenciando a potência transformadora dessa perspectiva confluyente. Ao desvelar a miséria, a fome e as suas consequências, Carolina resiste e deseja reexistir, isto é, traçar uma nova realidade para si e para os seus que, trazendo as palavras de Sueli Carneiro, só será possível a partir de uma outra realidade, assim posto:

Um Brasil para todos que aspira a profundas transformações estruturais tem que romper, em seu planejamento estratégico, com os eufemismos ou silêncios que historicamente vêm mascarando as desigualdades raciais e consequentemente postergando o seu enfrentamento. A absoluta maioria dos excluídos tem cor e sexo, e a política social tem de expressar essas dimensões (Carneiro, 2011, p. 161).

Diante do exposto, verifica-se que Carolina Maria de Jesus tensionou as estruturas de poder que estão imbricadas nos eixos raciais, econômicos e ambientais do sistema capitalista, por meio da sua escrita, que se configurou um gesto político e ecológico, deixando de ter apenas a característica de registro memorialístico ou de denúncia.

Evidencia-se na produção literária caroliniana um pensamento ambiental de alguém que vive à margem. Nesse sentido, corpo, território e sobrevivência são indissociáveis. As consequências do racismo ambiental são expostas pela autora, as quais podem ser encontradas em sua narrativa sobre fome, miséria e a precariedade de um território vivido. Da mesma forma, a crise ecológica é apresentada pela interseção de raça, classe, território e gênero por meio da escrevivência de Carolina, ratificando que o racismo ecológico está longe de ser uma lógica abstrata ou universalizante. *Quarto de despejo* (Jesus, 2014) abre caminhos para que discursos subalternizados transformem-se em contradiscursos à hegemonia literária, uma vez que produz conhecimento crítico sobre o mundo, além de denunciar a violência — o que demanda uma compreensão mais aprofundada acerca da ecologia como campo de disputa política e simbólica.

Considerações finais

A análise da obra *Quarto de Despejo* (Jesus, 2014) proposta neste trabalho objetivou evidenciar a lógica de descarte não apenas ambiental, mas também do humano, produzido pelo capitalismo racializado, que por meio da interseção do racismo estrutural, exclusão de território e danos ao meio ambiente produz opressões.

Ao longo do artigo, foi possível compreender que a privação material não está apenas relacionada à fome e à miséria, que são expostas em detalhes minuciosos na obra *Quarto de despejo* (Jesus, 2014); na verdade, esses dois eixos integram um território que está historicamente condenado ao descarte e atuam como instrumentos de controle e esgotamento de vida.

Além disso, verifica-se que a experiência da mulher negra periférica origina um saber ambiental, identificado na escrita caroliniana, que revela que não existe crise ecológica neutra, assim como não existe ambiente separado do corpo, assim como não existe natureza fora da política. Nestes termos, Carolina Maria de Jesus expõe um território atravessado por desigualdades sociais, o qual pode ser encontrado na sua ecologia escreviente.

Sob a perspectiva apresentada a partir da análise da lógica de descarte efetuada neste trabalho, infere-se que é imprescindível reconhecer que há produção de pensamento, crítica e teoria por quem vive às margens. Sendo assim, a escuta das vozes historicamente silenciadas é uma demanda para que se possa refletir sobre o futuro. Outrossim, verifica-se que a obra *Quarto de Despejo* (Jesus, 2014) colabora com a ampliação dos debates acerca da justiça ambiental, pois utiliza as lentes do racismo ambiental e da escrevivência ecológica.

Referências

- ANDRADE, Manuel Correia de. *O desafio ecológico: utopia e realidade*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993.
- BAUMAN, Zygmunt. *Tempos Líquidos*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade social no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- BBC NEWS BRASIL. *As voçorocas que ameaçam cidade brasileira e são problema global*. Documentário. YouTube. 2024. 1 vídeo (14min30s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DvKLMOhJ0L4>. Acesso em: 19 nov. 2025.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. Trad. Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas/SP: Papirus, 2012.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*: Diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014

KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LEVINE, Robert M. MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Cinderela Negra: a saga de Carolina Maria de Jesus*. Sacramento, MG: Editora Bertolucci, 2015. 2 ed. 280 p.

MARINGONI, Gilberto. O destino dos negros após a Abolição. *Revista desafios do desenvolvimento*. v. 70, 2011. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/191854470/Historia-O-destino-dos-negros-apos-a-Abolicao>. Acesso em: 22 nov. 2025

MITSUUCHI, Jéssica Tomiko Araújo. Contextos, reflexões e análises: Carolina Maria de Jesus e o Quarto de Despejo. *Revista Vernáculo*, [S. l.], n. 41, 2018. DOI: 10.5380/rv.v0i41.50466. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/50466>. Acesso em: 22 nov. 2025.

MOORE, Jason W. *Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism*. Orlando, CA: PM Press, 2016.

UM SÓ PLANETA. O preço sujo da moda barata: como roupas descartadas estão envenenando o Quênia. Um Só Planeta. *Globo*. 2025. Disponível em: <https://umsoplaneta.globo.com/sociedade/noticia/2025/08/09/o-preco-sujo-da-moda-barata-como-roupas-descartadas-estao-envenenando-o-kenia.ghtml>. Acesso em: 17 nov. 2025.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, quilombos, modos e significados*. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SUZIKI, Shin. *As voçorocas que ameaçam cidade brasileira e são problema global*. BBC Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/resources/idx-61d57e25-d458-4785-8a37-3ef119a504c7>. Acesso em: 17 nov. 2025.

TORRES, Maximiliano. O país do futuro tem um imenso passado pela frente: a ecoescrivência na literatura de autoria feminina negra. *Revista Fórum Identidades*, Itabaiana – SE, v. 38, 2023, p. 129 – 145.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. Trad. Jamille Pinheiro Dias; Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

Data de submissão: 27/01/2026

Data de aceite: 10/03/2026